



REQUERIMENTO Nº 76/2026

Autoria: Patrick José Santos
Oliveira, Mauricio Pereira de
Carvalho
Nº do Protocolo: 903/2026
Protocolado em: 19/06/2026
11:01:48

Solicitação de informações sobre o aumento dos valores do IPTU no Município de Carandaí.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Carandaí,

Nos termos regimentais e no exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, solicito ao Poder Executivo que sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa as seguintes informações referentes ao expressivo aumento dos valores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) lançado para imóveis residenciais e lotes no Município de Carandaí.

Considerando as inúmeras manifestações e reclamações de munícipes acerca dos valores cobrados no exercício corrente, bem como a preocupação com os impactos financeiros causados às famílias carandaienses, solicita-se:

1. Quais foram os critérios técnicos, legais e administrativos adotados para a atualização dos valores venais dos imóveis que resultaram no aumento dos IPTUs lançados neste exercício?
2. Houve realização de levantamento cadastral, georreferenciamento, atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), recadastramento imobiliário ou outro procedimento técnico que justificasse os novos valores? Em caso positivo, encaminhar cópia dos estudos, laudos, pareceres e demais documentos que fundamentaram a revisão.
3. Qual o percentual médio de aumento aplicado aos imóveis residenciais, comerciais e lotes vagos do município?
4. Existem imóveis que tiveram aumentos superiores à média municipal? Caso positivo, qual a justificativa para tais diferenças?
5. Há determinação judicial, decisão administrativa, recomendação de órgãos de controle, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas que tenha motivado ou influenciado a atualização dos valores cobrados? Em caso positivo, encaminhar cópia da documentação correspondente.
6. O aumento observado decorre exclusivamente da atualização monetária anual prevista em lei ou houve revisão dos valores venais dos imóveis? Favor esclarecer detalhadamente.
7. Existem valores de IPTU, taxas ou tributos imobiliários referentes a exercícios anteriores que deixaram de ser lançados ou recolhidos pelo Município e que estejam sendo cobrados agora dos contribuintes? Em





CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAI PODER LEGISLATIVO



caso positivo:

- De quantos anos são esses valores?
- Quais exercícios estão sendo cobrados?
- Qual o fundamento legal para a cobrança retroativa?
- Quantos contribuintes foram atingidos por essa medida?

8. A Administração Municipal realizou estudo de impacto econômico e social sobre os efeitos do aumento do IPTU para as famílias de Carandaí? Em caso positivo, encaminhar cópia.

9. Quantos pedidos de revisão, impugnação ou contestação do IPTU foram protocolados pelos contribuintes até a presente data?

10. Existe previsão de criação de programa especial de regularização, revisão administrativa ou atendimento específico aos contribuintes que comprovadamente não possuem condições financeiras de arcar com os novos valores?

11. É possível ampliar o número de parcelas atualmente previsto para pagamento do IPTU, permitindo maior prazo para quitação do tributo e reduzindo os impactos financeiros sobre a população? Em caso negativo, apresentar justificativa técnica e legal.

12. Quais medidas a Administração Municipal pretende adotar para minimizar os impactos causados pelo aumento dos valores cobrados, especialmente para aposentados, pensionistas, famílias de baixa renda e demais contribuintes em situação de vulnerabilidade econômica?

13. Há previsão de envio de projeto de lei à Câmara Municipal visando ampliar condições de parcelamento, conceder descontos, criar programas de refinanciamento ou outras medidas de apoio aos contribuintes?

Justifica-se o presente requerimento diante da grande repercussão social causada pelo aumento dos valores do IPTU, da necessidade de transparência na gestão tributária municipal e da importância de se buscar alternativas que permitam aos cidadãos cumprir suas obrigações fiscais sem comprometer sua subsistência e a de suas famílias.

Documento assinado digitalmente por Patrick José Santos Oliveira, Maurício Pereira de Carvalho conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: cmcarandai.gwlegis.com.br/validador e informe o código **VWFA3-9GF26-D3N3W-NDH3M-KHER7** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





CÂMARA MUNICIPAL DE CARANDAÍ PODER LEGISLATIVO



EXTRATO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Documento: Requerimento Nº 76/2026

Status: processo de assinatura **FINALIZADO**

Data da Versão do Doct.: 19/06/2026 08:50:56

Hash Interno: tavdflezo1afrowjg1mvtrvbj79aod2dmdfbic1r



Chave de Verificação

VWFA3-9GF26-D3N3W-NDHXM-KHER7

Para verificar a autenticidade deste extrato, acesse: www.cmcarandai.gwlegis.com.br/validador e informe a chave de verificação.

Lista de Signatários Deste Documento

CPF	Nome Completo	Status da Assinatura	Data
130.***.***-75	Patrick José Santos Oliveira	Assinado	19/06/2026 09:09:18
958.***.***-15	Mauricio Pereira de Carvalho	Assinado	19/06/2026 09:15:16

Assinaturas realizadas por usuário autorizado da administração da Casa Legislativa são registradas conforme parametrização interna, para fins de auditoria e rastreabilidade.

Documento assinado digitalmente por Patrick José Santos Oliveira, Mauricio Pereira de Carvalho conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: cmcarandai.gwlegis.com.br/validador e informe o código **VWFA3-9GF26-D3N3W-NDHXM-KHER7** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.

